

I Encontro de Museus do Douro

Discursos de abertura



António Martinho

Governador Civil de Vila Real

Antes de mais cumpre-me agradecer o convite para participar no Encontro e presidir à Sessão de Abertura deste Encontro. Não foi difícil aos principais organizadores, nomeadamente à Dra. Natália Fauvrelle deste evento encontrar forma de o fazer. Nem tão pouco, descobrir razões plausíveis para tal. Se mais não viesse aqui dizer, sei, eles também o sabem que a pessoa convidada podia sempre utilizar com justeza a expressão «no espírito do legislador, o Museu do Douro, tendo “uma estrutura polinuclear distribuída por toda a Região do Douro” tem forçosamente que estar ligado em rede e funcionar como tal para que todas as potencialidades previstas na Lei que o cria possam ser aproveitadas de forma cabal com vista a fazer do Museu do Douro, num elevado grau, um factor de desenvolvimento da Região».

Mas no desempenho das minhas actuais funções, nunca poderia alhear-me de uma iniciativa desta natureza. Pelo seu valor em si mesma, mas, de igual modo, pelo que ela pode significar para a consolidação e desenvolvimento desta tão importante infra-estrutura cultural, retirando, cada vez mais, motivos para os que sistematicamente afirmam que, pelo interior do país, nada acontece digno de registo. Esta Vossa iniciativa, tal como a concretização plena do Museu do Douro serão disso testemunho e desmentirão os que assim pensam. Lembro a propósito as palavras do Senhor Ministro Pedro Roseta, na cerimónia de assinatura da escritura de compra do edifício da Real Companhia «o MD “é um museu que temos o dever de fazer”», acrescentando ainda «“Mas tem que se ir passo a passo. (...). No mundo dos adultos é preciso persistência e paciência para chegarmos onde queremos chegar”».

É um facto que quem interpretou a Lei nº 125/97, de 2 de Dezembro, perspectivando as atribuições que esta mesma Lei lhe confere no nº 2 do Artigo 6º, que cito, “O

Museu prossegue as suas atribuições nas áreas da museografia, da investigação e da acção cultural”, considerando que tal só seria possível se ele viesse a ser um Museu de Território, compreendeu de forma perfeita o que os legisladores pretenderam com essas atribuições e com a expressão polinuclear. Esta era inovadora em 1997 para alguns, aqui em Portugal. Mas já era uma realidade noutros países. Aliás, como a forma de gestão, retirando-o da tutela directa do Estado.

Por isso mesmo, é que eu posso repetir o que há uns anos atrás aprendi com o Professor Doutor Gaspar Martins Pereira, com a Dra. Natália Fauvrelle, a quem mostrei parte desse território, ou com a Professora Teresa Soeiro, que acompanhei no bater à porta de alguns autarcas e com o Dr. Francisco Silva, com quem aprofundei conhecimentos relativos ao pensar e inventar formas de dinamização cultural. E com outros colaboradores aqui presentes com os quais iniciei o serviço educativo do Museu que organizou entre outras actividades as primeiras rogas do Museu do Douro. De certa forma resumi tudo isso numa entrevista a um jornal regional, quando afirmei: « O Museu do Douro já está a ser um factor de desenvolvimento da região. A filosofia que lhe está subjacente não faz dele um Museu de um local. Pelo contrário, torna-o, verdadeiramente, um Museu de Território, o Douro, de Comunidade, os durienses, a partir de um produto, economicamente tão importante para a região e o país, o vinho que se produz nesse território.

Depois, a perspectiva polinuclear torna possível o aproveitamento do que de melhor há, espalhado por toda a região e que merece integrar o acervo do Museu.» Na verdade, como afirma Guilherme d’Oliveira Martins num artigo no jornal Público, por ocasião da passagem dos 50 anos da Convenção Cultural Europeia, «um museu, um castelo, um caminho, uma paisagem, uma escultura, uma instalação, um poema antigo, uma pequena lucerna, uma fivela, uma trompa, um tonel encontram-se com um cantar tradicional ou uma dança, um dialecto, uma festa, uma feira, uma procissão, uma superstição, uma arte, uma manufactura, um vinho, um doce, uma iguaria - e tudo isso pode levar-nos da tradição à memória e da memória à vida.» Serão os vários sítios, os tais núcleos que os autores dos Projectos de Lei que deram origem à Lei que veio a ser aprovada por unanimidade, quiseram deixar bem explícito no seu articulado. É o Território de que falamos hoje.

Que é preciso ligar em rede, dir-me-ão. “REDE que permita alargar a informação interna e externa sobre a actividade de todos, a formação de parcerias e apoios

cruzados e, tendencialmente, a concretização de programações estrategicamente concertadas e enriquecidas com as sinergias que se poderão libertar". Pois seja. Mas sem descurar, a adesão dos diversos agentes desta comunidade, sejam eles, autarcas, empresários, lavradores, trabalhadores, homens da produção ou do comércio, enfim, investigadores dos estabelecimentos de ensino superior, professores ou quaisquer outros. Porque se essa adesão não se verificar, também a REDE não se constituirá. Já que importa ter presente que o território engloba 21 concelhos e as "potencialidades culturais, patrimoniais e paisagísticas do douro estão disseminadas por todos eles", com as sua especificidades, claro, como será próprio de uma região como esta, e que faz a sua riqueza. Mas as expectativas criadas também não se podem defraudar. Por isso mesmo, acrescento aos meus cumprimentos iniciais, os meus sinceros votos de que este Encontro, o primeiro, possa contribuir para criar laços no tecido cultural regional, possa levar à multiplicação de núcleos museológicos e espaços musealizados (percursos, Quintas, manchas paisagísticas, locais emblemáticos da região, etc.) e, principalmente, e leve à afirmação do Museu do Douro como Museu de Território com vocação federadora da actividade e promoção cultural no Douro.

Sei que este sentir é partilhado pelos meus colegas dos distritos em que a Região Demarcada do Douro se integra. As minhas saudações são-vos apresentadas também em seu nome.

Manuel do Nascimento Martins

Presidente da Câmara de Vila Real

Dou a todos as boas vindas a Vila Real, neste Teatro Municipal de Vila Real.

Quando, há catorze anos, me candidatei à Câmara de Vila Real, recordo um jornalista que, sistematicamente e de cada vez que me entrevistava, me perguntava: “então, e o Museu”? Eu dizia-lhe: *há dois: um na Universidade e outro na Casa de Mateus*. “E o nosso Museu Etnográfico?”, questionava-me, em seguida. *Pois... esse foi desmontado e há-de montar-se novamente*, respondia-lhe eu. “Mas quando?”. Um assunto que vinha sempre à baila, de forma persistente...

Em 1994, comprámos o edifício onde funcionava a antiga escola do Magistério de Vila Real. Um belíssimo edifício, no qual instalámos o Museu de Arqueologia e Numismática, dirigido pelo Dr. João Silva. Este foi o primeiro Museu a nascer em Vila Real.

Mas, como diz o Povo na sua Sabedoria: “não há fome que não traga fartura”. Ao longo deste tempo, temos vindo a desenvolver e a maturar a ideia, creio eu que é até um desejo e uma expectativa de muitos Vila-realenses, da criação do Museu da Vila Velha, integrado no Plano de Intervenção do Programa Polis. Para além de desvendar a história da cidade, através de uma mostra museológica que combina objectos arqueológicos da Idade do Bronze até à Época Contemporânea, reproduções de documentos, gravuras, plantas e fotografias antigas, pretendemos que venha a afirmar-se como um local, por excelência, de divulgação da memória histórica da Vila Velha, o “berço da Cidade”. Mas não nos vamos ficar por aqui. Está projectada, para um dos mais nobres espaços de exposição do Teatro Municipal e pela mão do seu director executivo, Dr. Vítor Nogueira, a instalação do Museu do Som e da Imagem, um espaço único e dinâmico que vai contar a história do som, do cinema e da fotografia, a partir de Vila Real para o mundo. E preparem-se, por-

que a rede municipal de museus será reforçada com a criação de um núcleo museológico do Museu do Douro, junto ao Rio Corgo, afluente do Rio Douro, onde nasceu a primeira Central Hidroelétrica de Portugal. Este foi o espaço que, no início do século XX, projectou Vila Real enquanto primeira cidade portuguesa a contar com luz eléctrica. Este será, portanto, um Museu dedicado à electricidade, energia que foi fundamental para o desenvolvimento de Vila Real e da Região do Douro e que será uma temática a ser tratada neste pólo do Museu do Douro em Vila Real.

Penso que, em matéria de Museus, estaremos a par de alguns centros urbanos de referência, pois temos a firme convicção de que a matéria-prima que tem vindo a dar corpo aos vários projectos museológicos, em Vila Real, está a ser aproveitada em todo o seu potencial.

Espero que destes dois dias de reflexão possam sair valiosos contributos para o enriquecimento desta Região, onde os Museus são espaços visitáveis e vívidos. Os responsáveis por estes projectos tudo têm feito, dentro das suas possibilidades, e dos nossos, por vezes, limitados recursos financeiros, para transformar os espaços museológicos em locais de convívio e de partilha inter-geracional, vivos, dinâmicos e interactivos.

O nosso rumo sempre se fez em direcção ao Sul.

Sempre sentimos que a nossa costela duriense era forte, sempre sentimos que o nosso lugar também é aí.